

VIDA

É possível defini-la?!

YURY PUELLO OROZCO (ORG)



Organização: Yury Puello Orozco

VIDA

É possível defini-la?!

1ª Edição
São Paulo
2013

Secretaria de
Políticas para
as Mulheres

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

 **Católicas**
pelo Direito de Decidir

Organização / autoria: Católicas pelo Direito de Decidir

Produto do Convênio: nº762552 - 142/2011 – entre Secretaria de Políticas para as Mulheres e Católicas pelo Direito de Decidir

Projeto: Contribuindo para fortalecer a ação de ativistas que trabalham na promoção dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos das mulheres

Organização: Yury Puello Orozco

Edição e revisão de texto: Maria Luiza Xavier Souto

Editoração e impressão: Gráfica MaxPrint



Católicas pelo Direito de Decidir

Rua Martiniano de Carvalho, 71, casa 11
Bela Vista - São Paulo - SP - Cep: 01321-001
(11) 3541-3476

catolicas.org.br - facebook.com/catolicasdireitodecidir

twitter.com/cddbr - sededeque.com.br

Sumário

Apresentação	5
O conceito de “pessoa humana” - Ivone Gebara	7
Os Limites da Vida - Débora Diniz.....	13
Vida para definir ou para construir - Yury Puello Orozco.....	17
A Defesa da Vida no pensamento católico - Regina Soares Jurkewicz.....	23
Entrevista com Leonardo Boff	27

Apresentação

Deparamo-nos na atualidade com uma diversidade de interessantes debates sobre a vida humana que mostram, por um lado, a complexidade do tema e, por outro, a capacidade humana para pensar; a partir da pluralidade de sabedorias, experiências e conhecimentos as diferentes abordagens e interpretações da mesma.

Com este caderno *Católicas pelo Direito de Decidir* com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República quer oferecer mais um subsídio que nos ajudará a refletir sobre a defesa da vida, tema que merece ser colocado em pauta em virtude da intransigência de alguns grupos, que querem autodenominar-se os portadores da verdade sobre a vida.

Mas uma realidade é certa: sobre esse tema não há consenso, não existe uma palavra final, dada a dificuldade de fechar esse debate a partir de uma única perspectiva.

Essa realidade tem feito com que diferentes setores fundamentalistas religiosos e políticos queiram assentar as bases para uma posição definitiva sobre essa temática, sem escutar outras vozes e outras fontes de conhecimento. As posições desses setores como os únicos defensores da vida ocultam interesses de poder religioso e político no contexto de uma sociedade plural e democrática que coloca em igualdade de condições a participação pública dos diferentes atores sociais.

Com este subsídio pretendemos oferecer diferentes elementos de análise a partir das contribuições de Ivone Gebara, Débora Diniz, Yury Puello Orozco, Regina Jurkewicz e , Leonardo Boff, que ajudaram a ampliar o conhecimento e a reflexão sobre este tema.

O CONCEITO DE “Pessoa Humana”

Ivone Gebara*

Assistimos em pleno século XXI a uma nova guerra santa na qual se enfrentam especialmente dois grupos em defesa da vida humana, agindo e refletindo em nome de suas concepções sobre a mesma vida. Dentro desses dois grupos há subgrupos, defendendo ora posições extremadas e intransigentes ora posições mais compreensivas das posturas do outro lado.

Os dois lados travam uma guerra em nome da vida e cada um deles explicita o objeto de sua luta segundo as suas concepções. Cada grupo à sua maneira desenvolve uma espécie de mística guerreira em defesa de suas concepções. Uns apelam para o princípio absoluto de defesa da vida segundo uma vontade divina transcendente e o direcionam para um foco especial e os outros defendem a vida a partir de posturas mais pragmáticas e holísticas sem necessariamente assumirem uma posição anti-religiosa.

O que se esconde por trás dessa dupla mística, ambas mais ou menos em conexão com uma fé religiosa ou uma fé humanista que inclui posturas pessoais, sócio-éticas e políticas?

Creio que cada uma de nós é parte ativa ou passiva dessa nova guerra santa e, explicitamos a partir dela nossa concepção da vida assim como escolhemos nossas armas para lutar por ela.

Por muito tempo acreditamos que os outros, aqueles do outro lado, faziam a guerra e, nós os do lado de cá éramos da paz. Hoje reconhecemos que a guerra santa e a mística guerreira estão nos dois lados embora os conteúdos e métodos de ação sejam diferentes.

No primeiro grupo estão os que crêem que o ser humano é uma junção de corpo e alma e, a alma, princípio espiritual é infundida por Deus no momento da concepção. Por isso mesmo, a alma é sem dúvida mais importante do que o corpo mortal. Entretanto, na maioria das vezes, focalizam suas considerações especialmente no princípio ou início da vida, isto é, quando a vida humana se anuncia num embrião e deixam num segundo plano as considerações em relação à vida da mulher, da família, a problemática social e econômica, as possíveis escolhas das mulheres. Sua postura de princípio de defesa da vida parece estar fundada no valor absoluto do chamado ato criador primeiro, deixando a maior parte do desenrolar da vida num segundo plano. Acreditam que

este princípio biológico da vida é Inocente, Indefeso e por sua condição frágil deve ser protegido contra todos os ataques que possam eliminá-lo da existência. Inocente aqui significa não ter cometido um mal pessoal, não ter possibilidade de defender-se por força própria, estar entregue ao absoluto cuidado alheio. Poderíamos nos perguntar por que numa sociedade tão corrupta e criminosa como a nossa, alguns insistem na Inocência do embrião? Por que é justamente a partir do embrião que desenvolvem discursos sobre a integridade e a inviolabilidade da vida humana? Estariam acaso vivendo processos psico-patológicos-sociais de alienação do mundo real visto que este não é constituído só de embriões? Ou estariam em busca de um ponto de apoio originário capaz de restaurar nossa desintegrada integridade? São apenas perguntas para pensar o vivido e o observado.

Para este grupo, o embrião já é considerado pessoa humana visto que desde a junção do espermatozóide ao óvulo já consideram a pessoa como existente. E aqui não entra uma análise científica ou social ou psicológica das condições objetivas de uma gravidez. Trata-se de uma afirmação religiosa de princípio e o princípio como tal para este grupo não carece de fundamento experimental e não pode ser objeto de discussão. Sua postura ética tem consequências sociais e políticas que nem sempre são admitidas. Por exemplo, não percebem a hierarquia no próprio concerto de pessoa que defendem, sobretudo na medida em que valorizam mais a vida do embrião do que a vida da mulher. Na realidade o próprio concerto de pessoa que se desenvolveu no cristianismo passou por um descolamento de significado. No princípio queria indicar a igual dignidade de todos os seres humanos e a afirmação de sua vocação à liberdade. Entretanto, ao longo dos séculos o conceito de pessoa humana torna-se hierárquico e excludente. A primeira hierarquia se refere à distinção entre a pessoa de Deus ou o Deus cristão trinitário - um Deus em três pessoas - e a pessoa humana. Em seguida a diferença no interior mesmo da pessoa: partes menos nobres e partes mais nobres de nosso corpo. Depois a divisão entre as pessoas: primeiro o varão depois a mulher, primeiro o amo depois o escravo, primeiro o rei depois o súdito, primeiro o rico depois o pobre, primeiro o heterossexual depois o homossexual e assim por diante. A partir deste transfundo hierárquico há pessoas que valem mais do que outras e mesmo pessoas que são mais pessoas do que outras.

No segundo grupo estão as pessoas que crêem na complexidade da vida e na interdependência de todas as suas formas e dimensões como parte do processo evolutivo de manutenção de cada vida

individual e coletiva. Não eliminam a transcendência, mas a afirmam como uma percepção criativa e plural do ser humano de que há sempre um para além do que se vive nos limites de nossa existência. Nesse grupo estão também as feministas que batalham de diferentes maneiras pela autonomia das mulheres e por seus direitos sociais e políticos.

A grande maioria das pessoas que se situam nessa tendência, se dá conta, tanto do ponto de vista filosófico e científico quanto do ponto de vista da vida cotidiana que a tradicional noção de pessoa, apesar de seu valor histórico, já não capta a complexidade atual em que vivemos. Então não se deveria mais falar de pessoa humana? Seria necessário eliminar esta expressão tão cheia de história e de ambiguidades?

Parece impossível eliminarmos esta expressão que tem um longo percurso em muitas culturas e especialmente no cristianismo. O que se propõe é não tomá-la como o parâmetro fechado de decisão diante de problemas sociais e pessoais que enfrentamos. Não podemos mais tomar uma definição de pessoa a partir de um atributo (a racionalidade, a liberdade, a autonomia) ou afirmar o princípio de respeito absoluto e incondicional da vida sem cairmos nas ciladas que a própria realidade histórica e a nossa vida pessoal nos preparam. De que tipo de racionalidade falamos? De que prática de liberdade? Quem pode ser de forma incondicional fiel ao princípio de defesa da vida? Ao falar dele não teríamos que estabelecer que vidas priorizamos em primeiro lugar?

Da mesma forma quando se fala da importância da vida do embrião haverá sempre a exclamação: e a vida da mulher? E quando se prioriza a vida da mulher haverá a exclamação: e a vida do embrião? Em situações de guerra quais as vidas que valem mais? E mais, como o princípio de defesa absoluta da vida funciona nestas e em outras situações limite? A situação é extremamente complexa e envolve questões de diferentes ordens misturadas a uma alta dose emocional agressiva capaz até de impedir o necessário respeito pelas opiniões alheias.

É importante lembrar que os representantes do segundo grupo não fazem necessariamente apelo a uma transcendência metafísica ou a um ser espiritual criador independente, para justificar as posturas éticas que precisam ser tomadas na vida cotidiana. Esta posição torna-as/os igualmente vulneráveis às investidas dos que crêem falar em nome de Deus.

Diante deste quadro, percebemos mais uma vez que esses conceitos tradicionais já não dão conta dos problemas que enfrentamos

no pluralismo dos grupos e culturas que constituem o tecido social em que vivemos. E mais, não servem para fundamentar as posturas éticas exigidas para a manutenção de um equilíbrio mínimo das forças sociais e respeito às diferentes escolhas.

Por essa razão, o que se vislumbra é o apelo às soluções possíveis, ou seja, as soluções que causem menos dano à vida das mulheres ou à vida da sociedade. Sempre haverá limites em qualquer escolha e falta de lucidez em muitos de nossos atos. Mas, esta é a condição finita do ser humano com todas as contradições que nos constituem. Nesta perspectiva, propomos não nos limitarmos a uma definição fechada de pessoa humana ou de ser humano. Reconhecemos o humano em todas as formas de vida humana na sua interdependência com outras formas. Entretanto, não basta reconhecê-lo, é preciso ter condições reais para respeitá-lo nas complexas situações de nossa história social e pessoal. É nessa linha que, por exemplo, falar em descriminalização e legalização do aborto não é em primeiro lugar enfrentar-se a uma definição da vida ou da pessoa humana ou mesmo a um desígnio divino pré-estabelecido, mas a um problema de saúde pública ao qual temos que dar uma resposta e a um problema de decisão pessoal que temos que enfrentar. Aliás, trata-se um problema de saúde pública concentrado na vida da população marginalizada vulnerável a toda uma série de problemas fruto da má distribuição da renda em nossos países.

Para o segundo grupo o número espantoso de mortes de mulheres devido a abortos mal feitos e a decisão pessoal de interromper a gravidez conforme algumas situações e condições são argumentos suficientes para que se legalize esta prática. As questões nascidas de nosso tempo e a necessidade de responder a elas com os meios que possuímos tornam-se a referência mais importante.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo segundo grupo é o fato de que a base cultural latino-americana repousa em uma concepção masculina religiosa da vida biológica. Esta concepção embora já não seja mais a concepção científica continua sendo a concepção religiosa vigente. Até a Modernidade as ciências estavam submetidas à fé cristã ou à Igreja. De certa forma, todas as ciências dependiam da teologia e da Igreja, e, nenhum resultado científico poderia contradizer uma verdade de fé. Entretanto, a partir do século XVIII a ciência começou seu processo de maior autonomia e pouco a pouco foi se distanciando da Igreja e das massas. Poucas pessoas tinham acesso aos benefícios e descobertas científicas. Mas, não foi o mesmo o processo da religião. Ela

foi se aproximando cada vez mais das massas, dirigindo-a, consolando-a e tornando-se assim a educadora do povo. Toda a vasta extensão de um país como o nosso foi coberta por dioceses e paróquias de forma a atingir a maioria dos fiéis em seus próprios lugares de vida. A religião se toma assim a formadora das consciências, a consoladora dos aflitos, uma autoridade sobre muitas vidas e sua mais eficaz controladora.

No que se refere à vida humana biológica a ciência da antiguidade e idade média forneceu à teologia sua base de sustentação até os dias de hoje.

A ciência havia desenvolvido a ideia de que o sêmen masculino era a força criativa e reprodutiva dos seres humanos. Não se conhecia o óvulo. Por isso, o sêmen masculino era considerado o único princípio ativo criador. O útero nada mais era que um receptáculo para manter e desenvolver a vida, toda ela contida em potência no sêmen.

A teologia assume para si estas doutrinas científicas e foi mais além delas. Não apenas afirmou a força do sêmen masculino, mas a força criativa de Deus neste sêmen ao qual dotou de um princípio vital espiritual - a alma. O Logos divino atua simbolicamente, como numa espécie de processo de espermatogênese, em todos os seres e particularmente no momento da concepção dos seres humanos dotando-os de uma força espiritual imortal. De forma que a base da resistência para qualquer mudança cultural está nessa concepção religiosa identificada como vontade absoluta de Deus. A Igreja só pode inclinar-se e obedecer. O clero e seus subordinados devem pregar e administrar publicamente esta obediência indiscutível, visto que considerada revelação de Deus e uma revelação que nada tem a ver com as contingências temporais em que vivemos. Criou-se uma espécie de limite entre a vontade de Deus e a vontade dos seres humanos como se fosse uma barreira que não poderá ser ultrapassada, uma barreira que funciona como limite para a vida e a moralidade dos seres humanos. A partir daí se poderia abrir uma reflexão política sobre o poder social dos administradores desta posição, sobre o uso utilitário que fazem das aquisições da ciência, sobre o modelo de racionalidade que utilizam, sobre seus modelos de Deus e sobre o tipo de guerra santa que têm realizado para defender sua posição.

Além da confrontação entre os dois grupos, sabemos bem o quanto nosso século está marcado por uma nova forma de mercado religioso. A proliferação da mercadoria religiosa de baixo nível reflexivo e de alto nível de consumo, sobretudo através dos meios de comunicação tem complicado o acesso a níveis de consciência, de educação e ação social e política exigida por nossos tempos. Há

uma nova expansão de crenças alienantes muitas vezes substituindo a responsabilidade pessoal e social e uma nova guerra de conteúdos que estamos longe de avaliar as reais consequências.

Hoje, em pleno século XXI vivemos uma incrível defasagem entre os avanços científicos e culturais em diferentes áreas do conhecimento humano e a cultura religiosa cristã muitas vezes refletindo posturas medievais.

Esta última afirmação não busca tornar a religião semelhante ao discurso científico, mas pretende a abertura de novos horizontes a partir da realidade histórica atual. Da mesma forma se pede as ciências que sejam menos elitistas e que construam formas de democratizar suas aquisições para os diferentes grupos populares.

Como no Brasil já não é tempo de um Estado forte que governe e legisle de forma independente das principais religiões e visto que nossos políticos são bastante religiosos e criativos no que concerne aos seus lobbies político-religiosos, resta-nos incrementar cada vez mais os processos educativos culturais alternativos ao mundo patriarcal. Propor ações educativas que estimulem o pensamento e a prática de relações de justiça, o aprendizado das diferentes ciências, assim como as novas interpretações religiosas parece ser um caminho para uma mudança cultural que de fato respalde não só a lei de descriminalização do aborto, mas todas as leis necessárias ao respeito à vida, ao bem estar social e a escolha pessoal de cada cidadã e cidadão.

*A vida é um café quente nas manhãs...
E não começa com a fecundação!*

Autoria das frases: Equipo de Respuesta Rápida de Honduras

OS LIMITES *da Vida*

Débora Diniz

“Limites da vida” é um daqueles títulos que nos enganam. Parece autoevidente que nascemos e morremos. Há diversas questões éticas e jurídicas provocadas por esses dois marcos da existência – uma delas é o direito ao aborto, outra é o direito de morrer. Mas se ilude quem pensa que é tão simples enunciar “limites da vida” para daí já enfrentar as perguntas sobre quais direitos protegeriam nossas escolhas ou quais argumentos justificariam as proibições do Estado. Há uma falsa presunção de ponto de partida: o que classificaremos como vida? Que expressões biológicas do humano serão protegidas pelo princípio do direito à vida?

A resposta não é trivial. Há vida celular em fios de cabelo, há material biológico em um espermatozóide, há DNA em um cadáver. Os fios de cabelo podem ser comercializados, diferentemente do que ocorre com o esperma ou o corpo morto. Em qualquer uma dessas formas de vida podemos fazer testes para identificação pericial ou para fins de pesquisa. Um cadáver pode ser uma peça pedagógica para jovens estudantes de medicina. Pesquisas que combinem material reprodutivo humano com o de outras espécies não são permitidas: a fronteira entre os animais humanos e os não humanos para a criação de novas formas de vida não deve ser ultrapassada.

A lista de autorizações e proibições poderia ampliar-se. Não faço aqui um exercício de retórica moral, mas uma provocação sobre o nosso silencioso ponto de partida: falsamente assumimos que vida é um dado de realidade, uma expressão neutra da biologia humana. Acreditem: não há neutralidade em nenhuma narrativa sobre a natureza. Deve-se duvidar do próprio conceito de natural para o debate ético e jurídico sobre os limites da vida. Como qualquer outra construção discursiva, natureza, biologia e vida são conceitos repletos de significados. Seus sentidos denunciam a intencionalidade de quem prescreve as regras de comportamento sobre as formas de se viver a vida.

Natureza é um dispositivo que ora descreve os limites da criação humana, ora descreve as esferas da moralidade que deveriam ser regidas por regras invioláveis. É nessa fronteira nebulosa entre o acaso e controle que temas como as tecnologias reprodutivas, a clonagem, o aborto ou a eutanásia são discutidos. Os contrários às novas formas de família e parentalidade, por exemplo, sustentam que as uniões não heterossexuais são uma ameaça à natureza da reprodução biológica, como se reprodução, conjugalidade e filiação

fossem sinônimos. Acreditam que a reprodução biológica seria um destino para os corpos sexuados: homens e mulheres seriam heterossexuais como regra de funcionamento da espécie. Ignoram, no entanto, a carga moral dessa narrativa sobre o corpo e a sexualidade.

Assim como as pessoas escolhem com quem dividirão seus afetos, elas querem decidir com quem, quando e como querem ter filhos. Mulheres inférteis reclamam o direito de acesso às clínicas de reprodução assistida para ter filhos biologicamente vinculados. Homens gaus defendem o direito à gestação de substituição. Homens e mulheres buscam a proteção do Estado para planejar a reprodução. Todos são temas que provocam esse campo indefinido dos “limites da vida”: a vida dos embriões congelados nas clínicas ou de óvulos e espermatozoides destruídos por métodos anticonceptivos nos desperta diferentes sentimentos sobre o conceito de vida. Mas esses sentimentos morais são diferentes daquele suscitado pelo aborto.

Temor do antinatural e aborto – crime

O aborto é um crime. Mas, antes de ser um crime para a lei penal, é uma grave ofensa à moral. Não há uma moral única que rege nossa vida coletiva, mas algumas narrativas são legitimadas ao ponto de confundirem-se com a força reguladora do Estado. Uma mulher que aborta é castigada – em um momento da história, concedeu-se autoridade ao Estado para tanto. Para essa regra que se mantém por mais de setenta anos, uma mulher que aborta deve ser presa. Uma explicação para a dureza da lei penal é entender o ato como uma violência contra à natureza da e à vida. A mulher que aborta seria uma assassina, tese moral sustentada por aqueles que comparam as células de um embrião às de uma pessoa adulta.

É sob o temor do antinatural que se criminaliza o aborto. Somente em situações-limite, qualificáveis como atos de tortura do Estado contra as mulheres caso não fossem exceções à lei penal, é que as mulheres podem abortar – não se prende uma mulher quando o aborto for resultado de um estupro ou quando ela estiver em risco de morte. Um estupro é um ato de violação à dignidade, à integridade e à segurança de uma mulher. Mas não é uma mulher abstrata que sofre o estupro. São meninas e adolescentes as principais vítimas do abuso sexual intrafamiliar, um crime perverso de opressão de gênero.

Uma mulher que aborta é uma criminosa para nosso ordenamento jurídico, mesmo que seja uma vítima de violência sexual ou que esteja entre a vida e a morte. Ela é entendida como uma criminosa, aliviada do castigo. Essa é uma dualidade insuportável para a moral que prefere ignorar a mulher que sofre, substituindo-a à vida em desenvolvimento em seu útero. O feto não é uma pessoa, mas um ser humano em potencial. Suas células

reproduzem-se, mas necessitam do corpo da mulher para desenvolver-se. Em uma metonímia das mulheres por seus úteros, a lei penal ignora a dignidade das mulheres, reduzindo-as à pulsão reprodutiva.

Uma menina vítima de violência sexual será tratada em regime de exceção pela lei penal e por isso não será presa. Antes, terá que contar sua história de sofrimento a diferentes instituições policiais, médicas e jurídicas, que avaliarão a honestidade de suas palavras. A lei penal não exige atestados de verdade para a história de violência. Na lei, acreditamos na mulher. Na política pública, reafirmamos que as mulheres devem ser protegidas em sua intimidade, pois basta “sua narrativa sobre o estupro”. Mas não é assim que o regime de controle opera em torno das mulheres: elas contam a história diversas vezes, para diferentes agentes do Estado, e temem aqueles que se objetarão a cuidar delas.

Ser descrita como assassina não é um ato sem conseqüências profundas para uma mulher. Tenho dúvidas se ela é castigada pelo crime tal como tipificado na lei penal (capítulo de crimes contra a vida) ou se é penalizada por ter desafiado a moral que insiste em reduzi-la ao útero. É nesse rompimento de símbolos que o espectro da antinatureza do aborto ganha sentido: uma mulher que aborta desafia a expectativa de que a reprodução é um destino. Ela reafirma o potencial criativo da existência humana provocando um dos símbolos que essencializam as mulheres – a maternidade. Ao abortar, ela dá novos sentidos à existência e aos múltiplos significados de vida.

Entre o temor e o ato – muitas mulheres

Sim, as mulheres abortam. Acredito que elas temem a lei penal, mas sem dúvida a ignoram. Há duas hipóteses para esse movimento entre temor do castigo e determinação para o ato. Nem todas as mulheres sabem que o aborto é um crime. Elas sabem que é um ato moralmente condenável, porém imperativo às suas escolhas íntimas de vida em um determinado momento da existência. Outra explicação é que, mesmo cientes do risco de prisão, consideram que a maternidade não pode ser um dever, mas uma escolha individual. Arriscam o próprio corpo e a liberdade para desafiar o Estado, que as condena ao estigma de assassinas.

Uma em cada cinco mulheres ao 40 anos já realizou ao menos um aborto. Elas são mulheres comuns: têm filhos, acreditam em deuses, têm companheiro, trabalham ou estudam. Elas não trazem impresso em seus corpos o estigma da antinatureza de mulheres que negariam o feminino pela escolha da maternidade voluntária. São cinco milhões e trezentas mil mulheres entre 18 e 39 anos. Todas nós conhecemos uma mulher que já realizou um aborto. O mais inquietante é vê-la ao nosso lado com um segredo permanente. Há quem chame esse segredo de culpa, mas essa é outra redescricao moral repleta de significados.

Essas mulheres conhecem o sentido da maternidade. Muitas já são mães quando realizam o primeiro aborto. Talvez seja exatamente a experiência da maternidade o que as fortaleça para desafiar a lei. Fico imaginando como elas devem se sentir diante do Estado, que as atemoriza por uma escolha tão íntima quanto a determinação de um projeto reprodutivo. A criminalização do aborto obriga as mulheres à experiência da gestação, o que, para algumas é uma forma involuntária de vivenciar a maternidade como uma condenação. Poucas mulheres oferecem seus filhos recém-nascidos para adoção. Essa resignação ao cuidado dos filhos não deve ser descrita simplesmente como uma escolha, mas principalmente como um sinal da docilização dos corpos das mulheres à ordem patriarcal.

Assim como não há consenso sobre o que significa vida, não há um sentido único e definitivo para as diferentes etapas do desenvolvimento celular que se inicia em um óvulo fecundado e terminará com a morte de um idoso. Para a embriologia, um feto é um conjunto de células humanas que se desenvolve rapidamente com a potencialidade de gerar um ser humano após nove meses de gestação. No corpo de uma mulher, um feto é um conjunto de células útero-dependente. No debate sobre a moralidade do aborto, o útero resume a existência da mulher em disputa com o Estado. Sem a mulher, não há como reclamar direito potencial do feto a se manter em desenvolvimento para, futuramente ter a chance de nascer.

Os limites da vida não são determinados pela natureza. Somos criadoras de nossos sentidos, e um deles é o que orienta a redescoberta do aborto como crime. Não é a vida que é ameaçada quando uma mulher aborta, mas a ordem simbólica que a reduz ao útero e ao dever da gestação. É um regime patriarcal que sobrepõe reprodução biológica e social: as mulheres são mães em potencial e esse é o lugar sagrado em que se deveriam manter. As mulheres que abortam não negam a beleza da maternidade tampouco seu caráter fundamental à experiência do feminino. Elas apenas desafiam o Estado, que insiste em as reduzir ao útero, impondo-lhes o dever de gestação.

*A vida é o abraço da pessoa de quem
sentimos saudades...
E não começa com a fecundação!*

VIDA PARA DEFINIR

ou para construir?

Yury Puello Orozco

Estas reflexões decorrem das discussões surgidas nos seminários do projeto de multiplicadoras de Católicas pelo Direito de Decidir.

Durante todos estes anos, nas atividades que realizamos sobre Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, em que abordamos as questões que envolvem o direito das mulheres de interromper a gravidez, um dos temas recorrentes nas discussões e reflexões dos participantes é o tema da vida.

Nos debates sobre o aborto, uma argumentação frequente é que, ao defendermos o direito das mulheres à interrupção da gravidez, estamos violando um princípio fundamental: o direito à vida. Parece que já não temos nada a acrescentar – como se já existisse uma afirmação definitiva sobre o tema –, quando, na verdade, há muito a dizer sobre a definição da vida, seu início e seu fim, sob diferentes perspectivas.

“A vida é um dom de Deus, ele é o senhor da vida, tirar a vida é pecado, só Deus dá a vida e somente ele a pode tirar...” são argumentos meramente religiosos e encontramos dificuldades em falar sobre a vida fora desses parâmetros. Por isso, o desafio é desvendar que a maior parte do conteúdo que usamos quando definimos a vida ou pensamos sobre ela é meramente religioso, passado pelo cristianismo e mais concretamente pelo catolicismo. Essa forma de ver a vida é reducionista, já que é entendida somente a partir de uma única perspectiva, sem considerar a complexidade e a multiplicidades de enfoques e maneiras de compreendê-la. Existe uma grande dificuldade de pensar a vida fora dos parâmetros circunscritos aos ditames das religiões. Por essa razão, o desafio é penetrar outras fontes que nos possibilitem maior abrangência e entendimento desse assunto, de modo a não nos limitarmos a uma única apreciação sobre o que envolve a grande trama da vida. E assim, talvez, possamos defendê-la com mais ênfase a partir de uma perspectiva multidisciplinar. Acreditamos que o primeiro passo seja indagar: Quais perguntas fazemos sobre a vida? Em que situações nos deparamos refletindo sobre a vida? O que é a vida? Quais seriam os principais critérios para defini-la? Quais os argumentos religiosos que usamos para defendê-la? Quais os argumentos científicos e culturais que existem?

Existem muitas definições sobre a vida, e nenhum acordo sobre uma única definição. Algumas posições da biologia moderna entendem um ser vivo como um conjunto de átomos e moléculas que formam uma estrutura que se relaciona com o ambiente e que tem a capacidade de desempenhar funções básicas como nutrição e reprodução. Porém, não existe uma afirmação categórica sobre em que momento se inicia a vida; é um assunto que permanece em aberto, motivando pesquisas e discussões.

As diferentes posições sobre o momento em que se inicia a vida humana nos dão uma ideia da complexidade e amplitude do tema. E nenhuma posição encerra o assunto, ou lhe dá a palavra final.

Por exemplo: a afirmação da Igreja Católica está ancorada em argumentos religiosos a partir da crença em um Deus criador como única fonte de vida, que tem a autoridade e o direito de tirá-la ou doá-la. Vários documentos pontifícios têm defendido e argumentado essa posição. Nas encíclicas: *Humanae vitae*, *Veritatis splendor* e *Evangelium vitae*, e nas instruções *Dignitas Personae* e *Donum vitae* afirma-se o caráter inviolável da vida humana; a pertença da Vida a Deus (O Criador); o exercício da sexualidade direcionada para a procriação entre casais heterossexuais; a imoralidade e ilicitude do uso de métodos anticoncepcionais e de técnicas de reprodução assistida, consideradas de reprodução assexuada: como a clonagem; a fecundação *in vitro*; a necessidade da intervenção de autoridades médicas, políticas, jurídicas, etc., na defesa da Lei Natural¹. O fato de haver tantos documentos que tratam desses temas demonstra o grau de importância do assunto.

Outro exemplo é a posição dos seguidores da teoria evolucionista, que afirmam ser a vida humana o resultado da acumulação de substâncias químicas realizada durante um longo processo da história, tendo como consequência a vida tal qual a conhecemos hoje.

De qualquer forma, as posições conhecidas sobre o início da vida se caracterizam pelo uso de categorias biológicas.

- A posição seguida pela Igreja Católica, que afirma haver uma pessoa humana desde a concepção, tem como suporte principal o processo biológico.

- A posição que sustenta que a vida humana se inicia no terceiro mês, quando se conforma o sistema nervoso central do feto e, desse momento em diante, pode o feto experimentar sensações. A partir desse fato biológico estariam dadas as condições para o surgimento da consciência.

Quando o catolicismo proíbe a masturbação, a anticoncepção, o aborto,

1

Mujica Jaris. *Microscopio: de la bioética a la biopolítica*, p. 142. Promsex. 2009

as relações homossexuais, está privilegiando a biologia em detrimento da capacidade de raciocinar, pensar, própria dos seres humanos, e privilegiando a biologia em detrimento das possibilidades de escolha, de decisão. Nesse contexto, a biologia é usada como um Deus severo que deve ser atendido sem se levar em conta o custo humano, a realidade humana. Seus mandatos se tomam infalíveis, seus ditames inequívocos e devem ser obedecidos.

Mas, por outro lado, um número considerável de cientistas explica que a ciência não pode dizer quando começa a vida da pessoa humana. A ciência também encontra seus limites na hora de definir atributos fundamentais do que entendemos por vida humana, da mesma forma que encontra limites para definir os elementos fundamentais de crenças como fé, amor ou confiança.

Todas essas posições são questionadas, nenhuma é definitiva, e o problema fundamental não se resolve nas tentativas de encontrar em indicadores meramente biológicos a explicação da vida humana e na afirmação de que a vida é determinada pela biologia.

Por que esse é um grande problema? Existe um valor em respeitar as estruturas biológicas em que se desenvolve a vida humana. Para o catolicismo, que defende a obediência estrita à Lei Natural, a natureza é digna de total confiança. Sabemos que a reflexão sobre a dinâmica da natureza nos oferece ensinamentos valiosos. Mas, ainda que as estruturas biológicas sejam dignas de respeito, não devem ser veneradas. Por quê? Porque a biologia é valiosa em si mesma, mas torna-se problemática quando determina a ética sexual.

O entendimento sobre o uso da chamada “Lei Natural” como obrigação de norma e guia para as decisões pessoais tem como conseqüências a negação dos direitos das pessoas, especialmente os Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos. Por essa visão, esses direitos praticamente deixam de existir, a biologia torna-se absoluta. As discussões sobre a morte digna, sobre o direito de escolha, sobre a eutanásia desaparecem porque se privilegia a morte natural. As pessoas se convertem em simples observadoras ou testemunhas da terminação da vida.

Na discussão sobre a interrupção da gravidez, os termos do debate centram-se na natureza e na biologia, mas dois terços das gravidezes terminam em abortos espontâneos. Será que para a natureza a concepção não tem a relevância que nós lhe damos? A natureza circunscreve o prazer a todo ato sexual realizado **por decisão**; porém, a procriação não se realiza a cada vez que há um ato sexual. O que podemos dizer sobre isso?

Em determinadas condições históricas, seres humanos foram reduzidos à sua mera condição biológica e corporal, o que possibilitou a violação dos seus direitos até o ponto de se verem reduzidos a vivenciar condições infra-humanas, como ocorreu no período nazista:

“Durante o período Nazi, muitos sujeitos (cidadãos plenos e reconhecidos, com direitos e responsabilidades, integrantes da comunidade, proprietários) foram despojados jurídica e politicamente de sua categoria de pessoas. Foi-lhes suspensa a possibilidade de ação livre e responsável, reduzindo-os formalmente à categoria mais radical de indefensabilidade e reclusão. O caso dos judeus durante a Alemanha Nazi é o exemplo mais evidente desse fenômeno: uma máquina de despersonalizar, de desfazer pessoas, de converter os sujeitos em mero corpo biológico (...)”²

Nessa experiência de ver a vida convertida em um simples fato biológico, o ser humano foi reduzido a seu corpo; surgindo a partir daí o debate sobre os direitos e a dignidade das pessoas. Portanto, é na vida “desbiologizada” que aparece a vida das pessoas – a pessoa com uma vida digna e com direitos. A biologia nos leva a olhar as estruturas físicas, os corpos celulares que compõem os tecidos, mas ali não radica, na sua totalidade, a vida da pessoa.

Se a pessoa é digna de direitos, por que se busca o referencial na biologia? Como se pode determinar a dignidade na biologia? Como se podem determinar os direitos que constituem a pessoa pela perspectiva da biologia? Por que se busca a pessoa no corpo biológico?

A pessoa humana é o ente construído mais complexo, mas seu desenvolvimento e sua liberdade, sua dignidade e seu princípio não podem estar cercados somente por células ou por mandatos teológicos. Há na pessoa uma constituição maior e mais complexa que seu próprio corpo biológico ou sua alma divina (Mujica Jaris, 2009: 21)

É importante ressaltar a grande confusão que essa discussão suscita. Frequentemente, o conceito de vida humana é usado para significar pessoa humana. Essa definição reduz todas as questões da pessoa humana à esfera da biologia, sem ter em conta que a vida do ser humano vai além da vida biológica. A vida da pessoa implica dignidade e direitos, realiza-se com um projeto de vida pessoal por meio do qual os sujeitos fazem opções adequadas para levar uma vida digna, para serem sujeitos autônomos, para serem pessoas (Jaris Mujica 2009:73).

O que está em jogo é a vida da pessoa dentro de um contexto político, social, cultural e de direitos. O uso do corpo, o controle do corpo, a regulação do corpo, a violação do corpo são aspectos que permitem identificar se estamos diante de uma pessoa ou de um sujeito reduzido, meramente

2 Tradução livre para o português. Mujica Jaris. *Microscopio: de la bioética a la biopolítica*, p. 91. 2009

convertido em um corpo biológico. A vida da pessoa se materializa em um corpo; é essa realidade corporal que possibilita que sejamos reconhecidos como sujeitos humanos. Mas a vida da pessoa não se reduz ao seu corpo. A vida de um sujeito humano supõe pensamento, desejos, sentimentos.

O direito à vida é um direito à liberdade. O direito à vida digna deve ser entendido não somente como a manutenção da vida biológica, mas como o direito à autonomia ou à possibilidade de construir um projeto de vida e determinar suas características (viver como se quer); gozar de certas condições materiais de existência (viver bem); viver sem humilhações (Gonzales Velez, 2008: 31-37)³.

Ser pessoa não é uma categoria que vem do biológico. É uma categoria cultural que vem sendo construída a partir de concepções jurídicas, teológicas e políticas. A pessoa é uma construção cultural; as políticas de defesa da vida humana deveriam proteger o corpo biológico, mas também a dignidade das pessoas, seus direitos e sua autonomia.

São muitas as situações nas quais nos deparamos pensando e argumentando sobre a vida, mas na realidade nos detemos a pensar sobre ela a partir de um acontecimento humano, a partir de um acontecimento vivenciado por uma pessoa real, e não a partir de perguntas *a priori*, abstratas, surgidas da questão em si.

Trabalhar o tema da vida a partir da situação das mulheres nos leva ao desafio de buscar, na realidade concreta das mulheres, o que para elas tem significado a concepção de vida reduzida ao dado meramente biológico. Primeiramente, é uma concepção de vida refém da lógica patriarcal, que às mulheres remete a responsabilidade de cuidar da vida e protegê-la; segundo, uma concepção de vida também refém da lógica religiosa, que gira em torno do interesse religioso, que coloca nas mãos de Deus a criação e extinção da vida, e nas das mulheres a responsabilidade da defesa da vida, desde a sua concepção, mas sem nenhuma possibilidade de intervenção. Quer dizer, a pessoa humana se torna um agente distante de qualquer decisão ou escolha sobre sua vida.

A defesa da vida, bandeira usada pelos poderes patriarcais e religiosos, não significa um fim em si mesmo, um desejo verdadeiro de defender a vida em plenitude, mas se converte em um meio para responder a outros interesses, isto é, colocar o discurso da vida a serviço de outro assunto que se reputa superior, como o poder religioso, que coloca a religião como referência e como defensora da ética mundial.

3 Gonzales, Velez (coord). *Causal salud. Interrupción legal del embarazo, ética y derechos humanos*. Bogotá: Flasog. Alianza Nacional por el Derecho a Decidir. La Mesa por la Vida y la Salud de las Mujeres, 2008.

“ hoje mais que nunca a vida está em jogo. E não somente pelo perigo de desaparecimento da vida biológica humana, mas pelo perigo que implica a penetração da política na vida das pessoas, e os novos aparelhos de controle e regulação do corpo”⁴

O fato de feminizar o cuidado da vida não significa uma valorização maior do lugar e da responsabilidade das mulheres; ao contrário: por partir de uma lógica de interesses, significa um desprezo pelo cuidado da vida, já que a vida, nesse caso, está a serviço de algo superior, como apontamos acima, o que exige das mulheres a autorrenúncia e a negação de seus desejos, de suas necessidades em função de algo abstrato .

Nas políticas contrárias à decisão das mulheres à interrupção da gravidez, o que está em jogo é o poder de decisão delas sobre sua vida, em contraposição a um discurso que durante muito tempo foi apropriado por poderes patriarcais e religiosos; um discurso que tem se consolidado em corpos concretos, em leis e políticas públicas que desfavorecem a vida digna das mulheres. Um discurso que esvazia de conteúdo a dinâmica da vida, colocando-a como um ente acima das pessoas, e dessa maneira tirando o direito de pensar ou decidir sobre ela. Colocar as pessoas no centro, com sua concretude de vida, nos leva às perguntas: De que vida estamos falando? E que vida vale a pena ser defendida?

Estamos todos convocados e convocadas a refletir sobre os mistérios da vida, que vão muito além daqueles apregoados pelas religiões, pela sociedade, por juristas, médicos e demais instituições que, de algum modo, buscam restringir o sentido da vida. E a buscar no mais profundo do nosso ser fontes que contribuam para desconstruir, em nós, essa primeira realidade, nos levando a indagar: Que vida vale a pena ser vivida? Que tipo de vida queremos como pessoas e que pessoas queremos ser?

O que faz a vida significativa é afirmar nossas escolhas e decisões, nossos desejos e necessidades para que possamos ter dignidade como pessoa humana.

A vida das pessoas é muito mais do que um código genético, é muito mais que respirar: implica direitos, respeito, condições para se alçar a um patamar de dignidade, qualidade de vida e justiça social.

4 Tradução livre para o português. Mujica Jaris. *Microscopio: de la bioética a la biopolítica*, p. 20. 2009

*A vida é aproveitar bons momentos
com as amigas...
E não começa com a fecundação!*

A DEFESA DA VIDA

na pensamento Católico

Regina Soares Juerkewicz

O objetivo deste texto é o de refletir sobre as concepções da teologia católica na defesa da vida. A primeira afirmação que me parece fundamental é a necessidade de defender a vida do planeta. Isso significa defender o eco-sistema, defender a vida animal, e também defender a vida humana. Ou seja, essa consciência horizontal e circular do lugar humano no mundo nos tira do centro e nos abre possibilidades éticas interessantes. O ser humano é parte do planeta, e têm com as outras formas de vida uma forte interdependência. É com esse olhar que para mim antecede qualquer discurso sobre a vida, que eu gostaria de refletir e apresentar algumas idéias sobre a defesa da vida humana e o discurso da hierarquia Católica.

Um dos temas mais complexos e sobre o qual há pouco consenso é o tema do início da vida humana. A posição oficial da IC assume como dado definitivo que desde a concepção há uma vida humana em gestação. O termo vida humana é utilizado de forma ambígua, para significar pessoa. Dessa definição da existência de uma pessoa humana, desde o primeiro momento da fecundação decorre que toda interrupção de gravidez seja considerada como um homicídio. A ciência é invocada para justificar a natureza totalmente humana e pessoal do embrião. Há duas tendências no uso dos dados científicos. Ambas partem do reconhecimento pelos cientistas de que desde o momento da fecundação existe uma realidade celular distinta do óvulo e do espermatozóide, o zigoto, que dispõe de código genético próprio e é, indiscutivelmente, vida humana.

Uma primeira tendência deduz daí que o zigoto é pessoa humana, gozando de todos os direitos inerentes a ela. Isto porque, possuindo um código genético completo, o desenvolvimento do zigoto dá-se em um processo contínuo, sem interrupção e por autogestão, culminando na pessoa humana, mesmo ainda no ventre materno.

Uma outra corrente desenvolve uma argumentação de caráter mais filosófico. Considera o zigoto como pessoa humana em potência, equivalente, no entanto, - com o mesmo valor e os mesmos direitos - à pessoa humana em ato, isto é, o indivíduo nascido.

Para ambas as tendências acima, a interrupção de um processo gestacional é considerada um ato homicida, seja porque tira a vida

de uma pessoa humana - o zigoto - seja porque eliminar uma vida potencial equivale à eliminação de uma vida em ato. O princípio moral que deve prevalecer é o de deixar agir a natureza, seguindo seu curso normal, isto é, conduzindo, em um processo unívoco e contínuo, ao desenvolvimento de uma pessoa humana.

Entretanto, há uma contra-argumentação desenvolvida pelo próprio pensamento católico que não se impõe de forma dogmática, se estrutura de forma mais dialógica e oferece elementos de compreensão sobre o início da vida humana.

Esta contra argumentação recorre também aos dados científicos e indica que estes mesmos dados não permitem afirmar com certeza a existência de uma pessoa humana, desde os primeiros momentos de fecundação. Critica a visão biologicista do discurso oficial católico. Levanta questões tais como:

- segundo a ciência, a individuação se dá na segunda semana da gestação, no momento em que ocorre a nidificação, ou fixação na matriz. Se filosoficamente o que constitui a pessoa é o fato de que se trata de um indivíduo, uno e único, a fixação da individualidade não pode ocorrer antes da nidificação. Tanto é que no caso da geração de gêmeos, a divisão do embrião em dois indivíduos ocorre somente após esse processo.
- outra questão está relacionada à perda imensa de zigotos, que ocorre antes da fixação do óvulo fecundado. Calcula-se que em torno de 75% dos zigotos são eliminados antes de se implantarem na matriz. Esse dado genético leva muitos estudiosos a se perguntarem se de fato, a natureza eliminaria tantas “PESSOAS”, ou se esse processo não estaria indicando, ao contrário, que não existem elementos estruturais no zigoto que permitam reconhecê-lo como tal.
- a consideração do desenvolvimento da consciência humana como critério para o estabelecimento da existência de uma pessoa humana. Não há possibilidade de consciência sem vida cerebral. A célula geradora do córtex cerebral inicia seu desenvolvimento no 15º dia após a concepção e somente em torno da 8ª semana está suficientemente desenvolvido para que se possa detectar a atividade cerebral. O córtex cerebral é uma condição indispensável para que haja consciência humana, portanto para que haja uma pessoa.

Se procurarmos ver o que diz a tradição católica sobre este tema também encontraremos muitas contradições, por exemplo, Sto Tomás de Aquino (1225-1274) admitia um desenvolvimento progressivo do embrião, através de etapas sucessivas. Para ele a alma (entendida como

princípio vital, forma substancial do corpo) só pode estar presente em uma matéria capaz de recebê-la, e o óvulo fertilizado ou o embrião não podem ter uma alma humana porque não estão prontos para isso. Ou seja, para ele há uma hominização tardia - a alma racional só existiria após 40 dias da concepção no caso de um feto do sexo masculino e 80 dias, no caso de um feto do sexo feminino. Essa idéia levou-o a não qualificar o aborto como um homicídio, quando ocorrido no início da gestação.

Há teólogos da atualidade como Paul Ladrière que discute o fato de que processos naturais se transformem em leis morais. A chamada lei natural é apresentada como expressão da vontade divina, perdendo-se de vista sua dimensão histórica. Ladrière critica o que ele chama de postura hipermaterialista da Igreja, ao qualificar como humano, o simples encontro do óvulo e do espermatozóide, fundando o direito à vida sobre um dado estritamente biológico. Evidencia que esse dado é insuficiente, pois é também necessário que um embrião seja “destinado a viver”. Por outro lado propõe um outro horizonte interpretativo, trazendo para o debate a afirmação de Y.F. Jacob - biólogo: Não há solução para o problema do início da vida, pois esta não começa nunca, mas continua há cerca de 3 milhões de anos. Um espermatozóide isolado ou um óvulo não é menos vivo que um óvulo fecundado”

Concluindo: penso que a discussão sobre o início da vida humana requer um acordo ético, racional e interdisciplinar, que vá além da biologia ou do que é ou não natural. Penso também que deve ser feita em um contexto amplo que considere todas as possibilidades de vida existentes no planeta. O julgamento ético não pode ser feito à priori, ignorando as relações humanas, os contextos de toda natureza e as histórias individuais.

*A vida é a experiência de viver em um mundo plural e diverso...
E não começa com a fecundação!*

ENTREVISTA COM

Leonarda Boff

1. Como o senhor define a concepção de “vida”?

O tema “vida” é objeto de muitos estudos, especialmente a partir da nova cosmologia, da Teoria do Caos e da complexidade. Superou-se a visão darwiniana que estudava a vida somente a partir dos organismos vivos e da biosfera. Hoje, grande parte da questão é inserir na discussão da vida todos os seus pressupostos cósmicos, físico-químicos, a consideração quântica dos campos e redes de energia sem os quais não se entende a vida. Como diz Stephen Hawking em seu último livro *Uma nova história do tempo: tudo no universo precisou de “um ajuste muito fino para possibilitar o desenvolvimento da vida. Por exemplo, se a carga elétrica do elétron tivesse sido apenas ligeiramente diferente, teria estragado o equilíbrio da força eletromagnética e gravitacional nas estrelas e, ou elas teriam sido incapazes de queimar o hidrogênio e o hélio, ou então não teriam explodido. De uma maneira ou de outra, a vida não poderia existir”* (Ediouro 2005, p. 121). A tendência hoje na pesquisa é ver a vida como uma expressão de todo o processo evolutivo. Ao alcançar certo grau de complexidade, e estando longe do equilíbrio (certo nível de caos), emerge a vida como auto-organização da matéria. Sempre que isso ocorre, em qualquer parte do universo, a vida eclode como um imperativo cósmico. E a afirmação central de Christian de Duve, prêmio Nobel de biologia, em seu famoso livro *Poeira vital* (1977, Campus). E a vida humana é entendida como subcapítulo do capítulo da vida. Para entender a vida deve-se, pois, observar todo o processo evolutivo com as pré-condições que possibilitaram outrora e ainda hoje possibilitam a emergência da vida. Isso não define a vida. Apenas tenta explicar como surgiu. Ela mesma é um mistério, pois precisamos estar vivos para poder estudar a vida. De todas as formas é a emergência mais complexa e avançada de todo o processo evolutivo. Dito numa linguagem religiosa: é o supremo dom do Criador, fonte de vida.

2. O que é viver com dignidade?

Viver com dignidade é ser reconhecido como valor e membro da família humana e elo da comunidade maior de vida. É ser tratado sempre humanamente. E principalmente é poder participar da construção do bem comum. Fomos criados criadores. Se não pudermos criar somos privados de algo essencial de nossa vida. E a criação e a participação exigem a liberdade. Ser livre das necessidades vitais, da fome, da sede, da falta de moradia, de saúde, de educação e de segurança para ser livre para os outros, para a criação, para a plasmação de seu próprio destino, tudo isso é viver com dignidade.

3. Quando se fala sobre o início da vida, a Igreja Católica afirma que ela começa no momento da concepção, em que óvulo e espermatozóide se encontram. Assim sendo, mulheres que optam por realizar um aborto são acusadas de terem cometido um atentado contra uma vida em potencial. Como avaliar a definição de vida entre um embrião ou feto e uma mulher?

Se colocarmos a questão no nível mais amplo como o fizemos acima, inserindo a vida no processo global da evolução, não nos podemos contentar com essa visão assumida oficialmente pela Igreja nos dias atuais. Na Idade Média não era assim, pois para Tomás de Aquino a humanização começava apenas após 40 dias de concepção⁵. A Igreja, para efeito de sua ética interna, pode estabelecer um momento da concepção da vida humana. Mas ela deve estar consciente de que está invadindo um campo no qual ela não tem competência, o campo da ciência. Se entendermos a vida como um processo cósmico que culmina na fecundação do óvulo, então devemos cuidar de todos os processos necessários para a emergência da vida, como a infraestrutura ecológica do ambiente, da água, do ar, da alimentação, das relações sociais e parentais. Tudo o que concorre para o surgimento da vida deve ser objeto do cuidado dos seres humanos, da sociedade e das Igrejas. Todos os seres, especialmente os vivos, são interdependentes. Não dá para pensar a vida humana fora do contexto maior da vida em geral, da biosfera e das condições ecológicas que sustentam o processo inteiro. Os novos conhecimentos que nos vêm

5 Tomás de Aquino considera que a alma é implantada no embrião somente depois de 40 dias da fecundação em fetos do sexo masculino e depois 80 dias em fetos do sexo feminino (ver, Hurst, 2000, p.23 N/E).

das ciências da Terra e da vida não são evocados nesse debate. A maioria vive ainda sob o império do velho paradigma da física clássica ou no máximo do evolucionismo darwiniano que se ocupou da vida sem considerar tudo o que vem antes e que possibilitou o surgimento da vida. Ademais devemos entender a vida humana processualmente. Ela nunca está pronta. Lentamente ela vai desenrolando o código genético que conhece várias fases até que o ser concebido possa ter relativa autonomia. Mesmo depois de nascido, não estamos ainda prontos, pois não temos nenhum órgão especializado que garante nossa sobrevivência. Precisamos do cuidado dos outros, das intervenções na natureza para criar nosso habitat e garantir nossa sobrevivência. Estamos sempre em gènesese. Todo esse processo é humano. Mas ele pode ser interrompido numa das fases, quando não chegou ainda a sua relativa autonomia. Isso quer dizer que houve a interrupção de um processo que tendia à plenitude humana, mas que não foi alcançada. Nesse quadro pode ser situado o aborto. Devemos proteger o máximo possível o processo, mas devemos também entender que ele pode ser interrompido por múltiplas razões, uma delas pela determinação humana. Ela não é isenta de responsabilidade ética. Mas essa responsabilidade deve atender ao caráter processual da constituição da vida. Não é uma agressão ao ser humano, mas ao processo que tendia constituir um ser humano.

4. Conforme o senhor coloca no livro *A águia e a galinha*, ética significa “tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável, psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda”. Seguindo esta linha de raciocínio, como refletir ética e moralmente acerca do início da vida?

Eu responderia na linha do que expus anteriormente. Devemos ter uma visão sistêmica e holística, assumindo o grande processo de evolução, que já tem 15 bilhões de anos, dentro do qual irrompeu ávida e, num estágio mais avançado, ávida humana, consciente e livre. Não é possível demarcar um início temporal, porque esse início depende do que ocorreu antes e sem o qual ele não seria possível. O que sabemos, por exemplo, é que existe um parentesco entre todos os seres vivos. Todos, desde a bactéria originária de 3,8 bilhões de

anos atrás até os cavalos, colibris e nós, temos o mesmo alfabeto genético. Todos, sem exceção, somos formados por 20 aminoácidos e quatro bases fosfatadas. A combinação diferente destes tijolinhos formadores de vida responde pela diversidade das formas de vida. Mas basicamente estamos todos unidos como irmãos e irmãs. Então tudo o que é vivo e tudo o que é condição para a vida deve ser respeitado e cuidado. A vida só inicia porque as condições globais assim permitem, sem as quais não haveria início nenhum. Essas considerações supõem uma cultura da integração do ser humano com a natureza, do respeito e da veneração por cada ser, especialmente pelos seres vivos e conscientes.

5. Quais os valores que devem ser avaliados ao refletirmos sobre o direito à vida, levando em consideração julgamentos coletivos ou mesmo o recurso à consciência?

Tudo o que existe e vive merece existir e viver. Cada ser é expressão do mistério do mundo, dito na linguagem da nova cosmologia, daquele transfundo misterioso de energia do qual tudo sai e para o qual tudo retorna (vácuo quântico ou fonte originária de todo o ser). Esse transfundo é anterior ao Big Bang. Ele é do campo do inefável e do mistério. É aquilo que chamamos Deus. Celebrar, agradecer, a nossa existência e a de todos os seres, se perguntar pelo sentido de estarmos aqui e descobrir nosso lugar no conjunto dos seres nos enche de admiração, de respeito e de reverência. Cultivar essas atitudes nos torna mais ligados ao todo, faz-nos mais solidários, cuidadosos e responsáveis. Somos chamados a cuidar do ser e cultivar o jardim do Éden. Essa é a nossa missão. Então a ética do cuidado, da responsabilidade, da compaixão, da solidariedade de todos com todos constitui a base fundamental de onde emergem as virtudes, benfazejas para a vida.

IVONE GEBARA

É doutora em Filosofia pela Universidade Católica de São Paulo e doutora em Ciências Religiosas pela Universidade Católica de Lovânia (Bélgica). Pertence à Congregação das Irmãs de Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho e vive há décadas no Nordeste, numa vida de “inserção” no meio popular, atualmente em Camaragibe (PE). Lecionou durante 17 anos no Instituto de Teologia do Recife, até sua dissolução decretada pelo Vaticano em 1999. Desde então dedica seu tempo principalmente a escritos, cursos e palestras sobre hermenêuticas feministas, novas referências éticas e antropológicas e os fundamentos filosóficos e teológicos do discurso religioso.

DÉBORA DINIZ

É uma antropóloga, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

É representante do Research Project Review Panel (RP2) - Department of Reproductive Health and Research (RHR) da OMS; membro da Câmara Técnica de Ética e Pesquisa em Transplantes do Ministério da Saúde; e membro do Advisory Committee do Global Doctors for Choice / Brasil. Desenvolve projetos de pesquisa sobre bioética, feminismo, direitos humanos e saúde. Recebeu 83 prêmios por pesquisas e filmes. Seu mais recente filme, A Casa dos Mortos, sobre manicômios judiciais, recebeu 25 prêmios e foi finalista para o Grande Prêmio do Cinema Brasileiro. Recebeu, em setembro de 2012, o Fred L. Soper Award for Excellence in Public Health Literature, concedido pela Fundação Pan Americana para a Saúde e Educação, órgão ligado à Organização Pan Americana da Saúde, pelo artigo «Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna», publicado em parceria com o economista e sociólogo Marcelo Medeiros. Em 2013, lançou o livro «A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011», o primeiro censo sobre manicômios judiciais no país.

YURY PUELLO OROZCO

Doutora em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, forma parte da equipe de coordenação de Católicas pelo Direito de Decidir. Integra a coordenação da Red latino-americana de Católicas por el Derecho a Decidir.

REGINA SOARES JURKEWICZ

Doutora em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, forma parte da equipe de coordenação de Católicas pelo Direito de Decidir.

LEONARDO BOFF

Genezio Darci Boff, doutor em Teologia e Filosofia pela Universidade de Munique (Alemanha), foi um dos criadores da Teologia da Libertação na década de 80, movimento das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica latino-americana voltado às causas sociais. Foi condenado pela Sagrada Congregação para a Defesa da Fé, do Vaticano, a um “silêncio obsequioso” em 1984, depois do lançamento do livro Igreja: Carisma e Poder, que trata do carisma espiritual e do poder organizacional como pilares da Igreja. A pena foi suspensa dois anos depois e, em 1992, ameaçado novamente de punição, renunciou às atividades de padre. Desde 1993 é professor de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, em 2001, recebeu o Right Livelihood Award, uma espécie de premio Nobel alternativo, em Estocolmo. Boff, autor de mais de 60 livros nas áreas da Teologia, Espiritualidade, Filosofia, Antropologia e Mística, incansável defensor dos Direitos Humanos, tentou ajudar a formular uma nova perspectiva na América Latina sobre os direitos à vida e aos meios de mantê-la com dignidade.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR

Fundada no Brasil em 8 de março de 1993, é uma organização não governamental feminista. Busca a justiça social, o diálogo inter-religioso e a mudança dos padrões culturais e religiosos que cerceiam a autonomia e a liberdade das mulheres, especialmente no exercício da sexualidade e da reprodução.

MISSÃO

Promover a mudança de padrões culturais e religiosos, afirmando os direitos sexuais e os direitos reprodutivos como Direitos Humanos, para garantir a autonomia e a liberdade das mulheres e a construção de relações igualitárias entre as pessoas.